

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

DISCIPLINA: LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
RESUMO
É preciso conhecer os conceitos básicos do direito tributário e financeiro. Você perceberá que os conceitos e institutos que aprenderemos serão recorrentes em nossas conversas e na própria legislação. Por isso, é primordial a compreensão do conteúdo desta aula para o desenvolvimento da disciplina. Iniciaremos com o conceito de tributo trazido pelo Código Tributário Nacional, para, no segundo momento, reconhecermos e distinguirmos as espécies tributárias. Compreendido o tributo, passaremos para os princípios constitucionais tributários que são verdadeiras limitações ao poder de tributação do Estado. Logo em seguida trataremos da obrigação e crédito tributário, para finalizarmos com o aprendizado das diversas modalidades de lançamento tributário.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO DE TRIBUTO ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS TRIBUTÁRIOS OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA CRÉDITO TRIBUTÁRIO: LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO AULA 2 COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA NO COMEX LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA MERCOSUL E TRIBUTOS AULA 3 IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) PIS/PASEP E COFINS ICMS DEMAIS TRIBUTOS AULA 4 OMC E TRIBUTAÇÃO MEDIDAS ANTIDUMPING MEDIDAS COMPENSATÓRIAS MEDIDAS DE SALVAGUARDA IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO AULA 5 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO ELISÃO FISCAL EVASÃO FISCAL BITRIBUTAÇÃO E DUPLA ISENÇÃO CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA AULA 6 BENEFÍCIOS FISCAIS DE ÂMBITO GERAL E DE ÂMBITO RESTRITO NO COMÉRCIO EXTERIOR

REGIMES ESPECIAIS ADUANEIROS
INCENTIVOS FINANCEIROS À EXPORTAÇÃO
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE TRIBUTOS
REGIMES EM ÁREAS ESPECÍFICAS

BIBLIOGRAFIAS

- AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 16ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ÁVILA, A. R. S. Curso de Direito Tributário. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.
- BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário. Diário Oficial da União, Brasília, 27 out. 1966.

DISCIPLINA:

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

RESUMO

Esta disciplina aborda sobre as instituições de Direito Público e Privado estudando a Teoria Geral do Direito. Assim, vamos entender os conceitos básicos de Direito, iniciando pelo Direito Objetivo e Subjetivo, passando pelo Direito Público e Privado, e concluindo com o Direito Positivo e Natural. Veremos que embora o Direito, a Justiça e a Moral caminhem juntos, às vezes estes se distanciam bastante e chegam a provocar reações na sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ORIGEM, FINALIDADE E CONCEITO DO DIREITO
DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO – DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO
DIREITO E MORAL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS
FONTES DO DIREITO
INTEGRAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

AULA 2

DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
PROIBIÇÕES CONSTITUCIONAIS
PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES

AULA 3

DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E PRINCÍPIOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E ATO ADMINISTRATIVO
LICITAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

DIREITO CIVIL. DIVISÃO. DIREITO DAS PESSOAS
DIREITO DAS COISAS
DIREITO DE FAMÍLIA
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES
CONTRATOS EM GERAL

AULA 5

DIREITO DO TRABALHO: INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS TRABALHISTAS
RELAÇÃO INDIVIDUAL DO TRABALHO

RELAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SEGURIDADE SOCIAL

AULA 6

DIREITO DO CONSUMIDOR: INTRODUÇÃO
DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR
RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DE DANOS AO CONSUMIDOR
DIREITO EMPRESARIAL
CAPACIDADE CIVIL E EMPRESARIAL

BIBLIOGRAFIAS

- BRANCATO, R. T. Instituições de direito público e de direito privado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FELIZARDO, A.R. Ética e Direitos Humanos. Curitiba: Intersaberes, 2012.
- HACK, E. Noções Preliminares de Direito Administrativo e Direito Tributário. Curitiba: Intersaberes, 2013.
- VENERAL, D.; ALCANTARA, S. A. Direito Aplicado. Curitiba: InterSaberes, 2014

DISCIPLINA:
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

RESUMO

Esta Disciplina abrange o Estudo sobre Planejamento Tributário, no qual são utilizadas as Normas Legais e os Conhecimentos Contábeis como base para o Estudo. Ela visa a proporcionar um contato mais aprofundado com a Legislação Vigente e demonstrar como a Contabilidade pode ser uma ferramenta para o Benefício da Sociedade. Competências: Entender como funciona o Planejamento Tributário; Habilidades: Conhecer a Base Teórica e Aplicá-la na Elaboração do Planejamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO FISCAL VERSUS EVASÃO FISCAL; TIPOS DE ELISÃO, ABUSO DE FORMA
ESTADO VERSUS CONTRIBUINTE
O DIREITO DO CONTRIBUINTE DE PAGAR SOMENTE O TRIBUTOS DEVIDO
FINALIDADE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO; PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO
OBRIGAÇÃO

AULA 2

A CONTABILIDADE COMO BASE DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
INTERPRETAÇÃO DA LC Nº 104/2001
ABUSOS DA RECEITA FEDERAL
COMO FAZER O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
FORMAS DE SONEGAÇÃO FISCAL

AULA 3

REGIMES DE TRIBUTAÇÃO: CONCEITO BÁSICOS
LUCRO REAL: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO PRESUMIDO: TÓPICOS ELEMENTARES
LUCRO ARBITRADO: TÓPICOS ELEMENTARES
SIMPLES: TÓPICOS ELEMENTARES

AULA 4

CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO
COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS

INCORPORAÇÃO E ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS PELA INCORPORADORA
CISÃO SEM APURAÇÃO DE GANHO DE CAPITAL
PARTICIPAÇÃO EXTINTA EM CISÃO, FUSÃO E INCORPORAÇÃO

AULA 5

TÓPICOS ESPECÍFICOS DE PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: OPERAÇÕES DE VENDAS NA INTERNET
NEUTRALIDADE FISCAL
BRINDES OU BONIFICAÇÕES DE MERCADORIAS
GASTOS COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL
POSTERGAÇÃO DE FATURAMENTO

AULA 6

RENDIMENTOS DOS SÓCIOS E SUA TRIBUTAÇÃO
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO
GANHOS DE CAPITAL
PREVIDÊNCIA PRIVADA
LIVRO CAIXA

BIBLIOGRAFIAS

- ALVES, V. Planejamento tributário (elisão fiscal). Jusbrasil, 2014. Disponível em: <https://valdivinodesousa.jusbrasil.com.br/artigos/121944135/planejamento-tributario-elisao-fiscal>.
- BANDEIRA DO Ó, Maria da C. Diferenças entre imunidade, isenção e não incidência tributária. Conteúdo jurídico, 2016. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,diferencas-entre-imunidade-isencao-e-nao-incidencia-tributaria,56460.html>.
- LIMA, B. L. L. Evasão Fiscal. Prática Contábil. Disponível em: <http://www.praticacontabil.com/contadorperito/Bruno.pdf>.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SOCIETÁRIO

RESUMO

Quando nos referimos à “sistema tributário”, devemos ter em mente o conjunto de normas que regula a atividade tributante. Essas normas podem estar inseridas dentro ou fora de uma constituição. A aposição de matéria tributária no corpo da constituição é prática que remonta desde a origem do Estado de Direito em nosso país. A Constituição de 1824 dispunha, por exemplo, que todos deveriam contribuir para as despesas do Estado na proporção dos seus haveres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

AULA 2

INTRODUÇÃO
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
IMUNIDADE E OS TRIBUTOS INDIRETOS
RESTITUIÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
SIMPLES NACIONAL
LUCRO PRESUMIDO
LUCRO REAL
INCENTIVOS FISCAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO
O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI
SOCIEDADE LIMITADA
SOCIEDADES ANÔNIMAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO DIREITO DO CONTRIBUINTE
PROPÓSITO NEGOCIAL
COMO FAZER PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO
ELISÃO E EVASÃO FISCAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA
FUSÃO SOCIETÁRIA
CISÃO SOCIETÁRIA
ESTUDO DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1966.
- COSTA, R. H. Curso de Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO APLICADA E DIREITO DO CONSUMIDOR

RESUMO

Os direitos fundamentais em nossa Constituição Federal; esta também confere poder ao povo e institui, assim, o regime democrático em nosso país, o que legitima as manifestações populares. E o conhecimento desses direitos fundamentais importa ao cidadão e a todos os profissionais inseridos em qualquer atividade econômica, uma vez que cabe não só ao Estado, mas também a toda sociedade (no que se incluem as empresas prestadoras de serviços e produtoras de bens de consumo), velar pela preservação e garantia dos direitos fundamentais constitucionais. Assim, os temas desta disciplina são de conhecimento obrigatório não apenas para a nossa vida privada como também para a profissional, para que se possa preservar os ditames constitucionais pelo bem de todos. Veremos ainda debates que dizem respeito à defesa do cidadão-consumidor, especialmente os que estão ligados ao marketing, têm ocupado cada vez mais espaço no cenário nacional, mostrando-se presentes no dia a dia da população. Visando proporcionar ao acadêmico um contato com a estrutura do Direito do Consumidor atual, esta disciplina aborda aspectos históricos e legislativos dessa área. Assim, o aluno será capaz de compreender as interligações do Direito do Consumidor com a legislação pertinente e refletir sobre as repercussões relacionadas à defesa do cidadão-consumidor na sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITOS FUNDAMENTAIS
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO
OS DIREITOS ECONÔMICOS
LIBERDADE ECONÔMICA E EMPREENDEDORISMO

AULA 2

DIREITO DO TRABALHO
SALÁRIO E REMUNERAÇÃO
ADICIONAIS AO SALÁRIO
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E VENDA EXTERNA

AULA 3

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL
CAPACIDADE CIVIL
NEGÓCIO JURÍDICO
OBRIGAÇÕES
DIREITO DOS CONTRATOS

AULA 4

CONTRATOS EM ESPÉCIE I
CONTRATOS EM ESPÉCIE II
EXTINÇÃO DOS CONTRATOS
CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR
EXECUÇÃO E FALHAS

AULA 5

DIREITO EMPRESARIAL E LGPD
SOCIEDADES
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E MEI
RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS
ENCERRAMENTO DAS SOCIEDADES E FALÊNCIA

AULA 6

DIREITO DO CONSUMIDOR E LEI GERAL DE PROTEÇÃO AO DADOS (LGPD)
RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR E PRÁTICAS ABUSIVAS
FATO E VÍCIO DOS PRODUTOS
DANOS MORAIS
RELAÇÕES DE CONSUMO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- AZEVEDO, N. Q. de. Direito do consumidor. [livro eletrônico] Curitiba: InterSaberes, 2015.
- MAMEDE, G. Direito empresarial brasileiro: direito societário, sociedades simples e empresárias. v. 2. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- SARLET, I. W.; MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DISCIPLINA:

CARACTERÍSTICAS DO DIREITO EMPRESARIAL

RESUMO

Estudando Direito, todos temos acesso aos conceitos gerais, contudo, isso não é suficiente para compreender o Direito Empresarial e, principalmente, entender as razões de sua aplicação prática. Até porque, o Direito é muito mais do que a simples leitura e compreensão de conceitos; é fruto de um processo histórico e social, pois surgiu da sociedade e para a sociedade. Consequentemente, a cada evolução histórica e mudança de paradigma social, ele segue se adaptando e evoluindo. Dessa forma, para compreender o Direito Empresarial atual, é de suma importância entender todo o seu processo de origem e construção, para que seja possível compreender o raciocínio jurídico por traz das diversas aplicações práticas. Portanto, o objetivo desta aula é apresentar um panorama da origem do comércio e do Direito Comercial, para então adentrarmos a teoria da empresa e a construção das características atuais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

EVOLUÇÃO DO DIREITO COMERCIAL
SISTEMA FRANCÊS E SISTEMA ITALIANO
DIREITO COMERCIAL NO BRASIL
CARACTERÍSTICAS DO DIREITO EMPRESARIAL

AULA 2

ORDEM CONSTITUCIONAL ECONÔMICA
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS EMPRESARIAIS
FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE EMPRESARIAL
APLICAÇÃO PRÁTICA

AULA 3

EMPRESA
EMPRESÁRIO
SOCIEDADE
APLICAÇÃO PRÁTICA

AULA 4

EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL POR INCAPAZES
IMPEDIDOS DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL
DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL POR ESTRANGEIROS
APLICAÇÃO PRÁTICA

AULA 5

DIMENSÃO ECONÔMICA
DIMENSÃO POLÍTICA
DIMENSÃO SOCIAL DO MERCADO
DIMENSÃO JURÍDICA

AULA 6

CRISE DA VISÃO TRADICIONAL DOS CONTRATOS
FLEXIBILIZAÇÃO DA AUTONOMIA E DA LIBERDADE NAS RELAÇÕES CONTRATUAIS
APLICAÇÃO DA BOA-FÉ NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
APLICAÇÃO PRÁTICA

BIBLIOGRAFIAS

- MAGALHÃES, J. C.; TAVOLARO, A. T. Direito do comércio internacional: aspectos fundamentais. São Paulo: Aduaneiras, 2004.
- MAMEDE, G. Direito Empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial. v. 1.; 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

- VIDIGAL, E. A Lex mercatoria como fonte do direito do comércio internacional e sua aplicação no Brasil. Revista de Informação Legislativa. ano 47, n. 186 abr./jun. Brasília, 2010.

DISCIPLINA: DIREITO FINANCEIRO
RESUMO
Nas lições de Alberto Deodato, a atividade financeira do Estado “é a procura de meios para satisfazer às necessidades públicas” (1968, p. 1). Ou seja, o Estado busca, por meio da atividade financeira, a obtenção dos recursos necessários à persecução dos seus fins. “A atividade financeira é representada pelo conjunto de ações que o Estado desempenha visando à obtenção de recursos para seu sustento e a respectiva realização de gastos para a execução de necessidades públicas” (Piscitelli, 2015, p. 16).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO PRINCÍPIOS DO DIREITO FINANCEIRO RELAÇÃO ENTRE DIREITO FINANCEIRO E DIREITO TRIBUTÁRIO RELAÇÃO ENTRE DIREITO FINANCEIRO E DIREITO ECONÔMICO
AULA 2 PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS LEIS ORÇAMENTÁRIAS ASPECTOS GERAIS DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS LIMITES ORÇAMENTÁRIOS E A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
AULA 3 CLASSIFICAÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS RECEITAS PÚBLICAS E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL RENÚNCIA DE RECEITAS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL RENÚNCIA DE RECEITAS NOS TRIBUNAIS E A EC/109/2021
AULA 4 TEORIA GERAL DAS DESPESAS PÚBLICAS CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS DESPESAS VINCULADAS E OBRIGATÓRIAS TETO DE GASTOS PÚBLICOS AS DESPESAS PÚBLICAS NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
AULA 5 DÍVIDA PÚBLICA – ABORDAGEM CONCEITUAL LIMITES PARA O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO A EXTRAPOLAÇÃO DOS LIMITES – CONTROLE E SANÇÕES OPERAÇÕES DE CRÉDITO ASPECTOS AVANÇADOS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO
AULA 6 DISCIPLINA DOS PRECATÓRIOS NA CR/88 ASPECTOS AVANÇADOS DOS PRECATÓRIOS O CENÁRIO FISCAL NA PANDEMIA JUSTIÇA, CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL
BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília-Df, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.
- OLIVEIRA, R. F. de (Coord.). Manual de direito financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.
- PISCITELLI, T. Direito financeiro esquematizado. 5. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015.

DISCIPLINA:
GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE
RESUMO
A governança corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. Ao longo dos anos, a evolução dos modelos de gestão das empresas passou a sugerir melhorias na combinação dos recursos e retornos aos investidores. Em determinados momentos, essas situações foram amplamente questionáveis, e o que se evidenciou é que nem sempre os comportamentos das pessoas, e por consequência das organizações, foram ao encontro do atendimento de interesses amplos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 FORMAÇÃO DAS EMPRESAS E A TEORIA DA AGÊNCIA CONCEITOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA 8 PS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA ABORDAGEM DE STAKEHOLDERS GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS AULA 2 GOVERNANÇA E OS MARCOS HISTÓRICOS GOVERNANÇA NO MUNDO GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL AS CONDIÇÕES DAS EMPRESAS PARA A GOVERNANÇA NO BRASIL A GOVERNANÇA E AS EMPRESAS FAMILIARES AULA 3 A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO O COMITÊ DE AUDITORIA CONDUTA E ÉTICA NOS NEGÓCIOS IMPLEMENTANDO E APLICANDO PROCESSOS EFICAZES DE GOVERNANÇA AULA 4 GOVERNANÇA E MERCADO FINANCEIRO GOVERNANÇA E INOVAÇÃO GOVERNANÇA E OS RISCOS CIBERNÉTICOS GOVERNANÇA E AS EMPRESAS ESTATAIS TENDÊNCIAS PARA A GOVERNANÇA CORPORATIVA AULA 5 PRINCÍPIOS DE COMPLIANCE FERRAMENTAS DE COMPLIANCE

PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO
PROGRAMAS DE COMPLIANCE
GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE

AULA 6

COMPLIANCE FISCAL E TRIBUTÁRIO
COMPLIANCE CONCORRENCIAL
COMPLIANCE EMPRESARIAL E BANCÁRIO
COMPLIANCE DIGITAL
COMPLIANCE TRABALHISTA

BIBLIOGRAFIAS

- ALENCASTRO, M. S. C.; ALVES, O. F. Governança, Gestão Responsável e Ética nos negócios. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- BLOK, M. Compliance e Governança Corporativa. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- FROTA, A.; SENS, D. F. Globalização e Governança Internacional: Fundamentos Teóricos. Curitiba: InterSaberes, 2017.

DISCIPLINA:

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ÔNUS TRIBUTÁRIOS

RESUMO

É importante esclarecer a principal diferença entre saúde, assistência e previdência social, uma vez que a população em geral talvez não tenha conhecimento dos direitos em relação à seguridade social que devem ser fornecidos pelo Estado. O regime geral de previdência social é o regime de previdência da maioria dos brasileiros, já que o regime próprio de previdência compreende apenas os servidores públicos de cargo efetivo, enquanto a previdência complementar possui um caráter facultativo, logo, é um regime opcional aos cidadãos. Ademais, a grande maioria da população desconhece os direitos decorrentes da filiação e da inscrição ao regime geral de previdência social, especificamente no que diz respeito aos benefícios previdenciários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

AULA 2

SEGURADOS FACULTATIVOS E DEPENDENTES
SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS
MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO
PERÍODOS DE CARÊNCIA

AULA 3

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
APOSENTADORIA POR IDADE
APOSENTADORIA ESPECIAL
AUXÍLIO-DOENÇA

AULA 4

BENEFÍCIO ASSISTENCIAL
PENSÃO POR MORTE
AUXÍLIO-RECLUSÃO

SALÁRIO MATERNIDADE

AULA 5

ACIDENTE DE TRABALHO

INDENIZAÇÕES

ACIDENTE DE TRABALHO EFEITOS NO CONTRATO DE TRABALHO

AÇÕES REGRESSIVAS

AULA 6

DOENÇAS OCUPACIONAIS

COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

PRESCRIÇÃO DAS AÇÕES ACIDENTÁRIAS

EFEITOS DAS DECISÕES JUDICIAIS PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

BIBLIOGRAFIAS

- CASTRO, C. A. P. de; LAZZARI, J. B. Direito previdenciário. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- GARCIA, G. F. B. Curso de direito da seguridade social. 3. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- MARTINEZ, W. N. M. Curso de direito previdenciário. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

DISCIPLINA:

DIREITO CONSTITUCIONAL

RESUMO

O Estado é criado pela sociedade, para administrá-la e gerir seus interesses. Portanto, e no entendimento de Hack (2012, p. 20): O Estado é uma decorrência da sociedade, que o cria como um ente que tem a função de manter a ordem. Para cumprir com seus objetivos, o Estado recebe uma série de prerrogativas, dentre as quais a mais importante é o monopólio da força. O Estado determina, pois, o Direito, iniciando pela elaboração de uma constituição, e em seguida pela definição de todo o ordenamento jurídico que a ela deverá obediência. Para que possa desempenhar seu poder, que é uno, o Estado o divide em três funções, que são a função executiva, a legislativa e a judiciária, funções estas também denominadas de poderes, assim afirmados em nossa Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988): “Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, aplicando ao mesmo tempo o princípio da separação dos poderes e o sistema de pesos e contrapesos checks and balances. Assim, por mais que cada poder seja independente, ele não é absoluto, pois os demais têm a prerrogativa de conter os abusos que eventualmente sejam cometidos pelo outro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O ESTADO

A CONSTITUIÇÃO E O DIREITO CONSTITUCIONAL

CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES

APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

PODER CONSTITUINTE

AULA 2

HERMENÊUTICA E INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PRIMEIRAS CONSTITUIÇÕES

CONSTITUIÇÕES DE 1946, 1967 E 1969

AULA 3

PRINCÍPIOS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL E DA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS

PRINCÍPIOS DA AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS E DA NÃO INTERVENÇÃO

PRINCÍPIOS DA IGUALDADE ENTRE OS ESTADOS E DA DEFESA DA PAZ

PRINCÍPIOS DA SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS E DO REPÚDIO AO TERRORISMO E AO RACISMO

PRINCÍPIO DA COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS PARA O PROGRESSO DA HUMANIDADE E DA CONCESSÃO DE ASILO POLÍTICO

AULA 4

INCISOS I, II E III

INCISOS VI, XIII E XVII

INCISOS XVIII, XX E XXIII

INCISOS XXIV, XXVI E XXIX

INCISOS XXX, XXXI E XXXIII

AULA 5

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA MORALIDADE

PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E DA EFICIÊNCIA

AULA 6

PRINCÍPIO DA ESTRITA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA

PRINCÍPIO DA IGUALDADE TRIBUTÁRIA

PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE TRIBUTÁRIA E DA VEDAÇÃO AO CONFISCO

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE TRIBUTÁRIA

PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL

BIBLIOGRAFIAS

- ALCANTARA, S. VENERAL, D. Direito aplicado. 4.ed. Curitiba: InterSaberes, 2023.
- BARROSO, L. Curso de direito constitucional contemporâneo. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 5 abr. 2023.

DISCIPLINA:

CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMO

A contabilidade gerencial é a área da contabilidade que tem maior responsabilidade no que tange a subsidiar a tomada de decisão, fazendo a empresa seguir rumo aos objetivos traçados pela alta cúpula organizacional. Nesse sentido, a contabilidade gerencial leva em consideração os aspectos internos da empresa, considerando, em primeira mão, as atividades operacionais, as quais são também conhecidas como atividades de valor, conceituadas de maneira mais formal com um conjunto denominado cadeia de valor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO E FUNÇÕES DA CONTABILIDADE GERENCIAL

O CONTADOR GERENCIAL

O SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

INFORMAÇÃO GERENCIAL CONTÁBIL
INFORMAÇÃO E VANTAGEM COMPETITIVA

AULA 2

A CADEIA DE VALORES

CADEIA DE VALOR E OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS

AS EXPECTATIVAS DOS CLIENTES E O CONTROLE DO PROCESSO

A PERSPECTIVA DOS STAKEHOLDERS E OS OBJETIVOS ORGANIZACIONAIS

O PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E O CONTROLE GERENCIAL

AULA 3

ORÇAMENTO EMPRESARIAL

ORÇAMENTO DE VENDAS

ORÇAMENTO DE CAPITAL

PROJEÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

ASPECTOS COMPORTAMENTAIS DO ORÇAMENTO

AULA 4

O CONTROLE GERENCIAL NAS ORGANIZAÇÕES

DESCENTRALIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES

CENTROS DE RESPONSABILIDADE

PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA

CUSTO DE OPORTUNIDADE

AULA 5

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA

TEORIAS DE MOTIVAÇÃO

FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL

MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS

RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

AULA 6

PAPEL DA RECOMPENSA NO CONTROLE DA EMPRESA

TEORIAS DE MOTIVAÇÃO

FATORES QUE AFETAM A MOTIVAÇÃO INDIVIDUAL

MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO EFETIVO E SISTEMAS DE RECOMPENSAS

RECOMPENSA COMO INCENTIVO E RESPONSABILIDADES AO FUNCIONÁRIO

BIBLIOGRAFIAS

- ATKINSON, A. A. et al. Contabilidade gerencial. São Paulo: Atlas, 2000.
- FREZATTI, F. et al. Controle gerencial: uma abordagem da contabilidade gerencial no contexto econômico, comportamental e sociológico. São Paulo: Atlas, 2009.
- IUDÍCIBUS, S. de. Contabilidade gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

DISCIPLINA:

AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

RESUMO

Muitas vezes, o auditor é visto com maus olhos pela equipe contábil de grandes empresas, isso porque, culturalmente, a auditoria era aquela que vinha para apontar todo e qualquer problema ou erro contábil. Atualmente, a realidade mudou um pouco, o auditor pode ser considerado fundamental para que as demonstrações contábeis das empresas tenham uma maior confiança entre os usuários, principalmente investidores. O maior problema é que a auditoria é feita sempre por grandes empresas, seja por exigência de lei ou de investidores, mas o profissional pode auxiliar em qualquer tamanho de empresa, desde que o empresário

queira que a sua contabilidade sirva de fato como uma ferramenta para tomada de decisão.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO À AUDITORIA
NOÇÕES E NORMAS DE AUDITORIA
AUDITORIA E A PROFISSÃO DO AUDITOR
TIPOS DE AUDITORIA
ÉTICA PROFISSIONAL E A RESPONSABILIDADE LEGAL DO AUDITOR

AULA 2

OBJETIVOS DA AUDITORIA
PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA I
RESPONSABILIDADE DO AUDITOR EM RELAÇÃO À FRAUDE
EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA
AMOSTRAGEM EM AUDITORIA

AULA 3

PROGRAMA DE TRABALHO
CONFERÊNCIA DE CÁLCULOS E EXAME DA ESCRITURAÇÃO
INVESTIGAÇÃO MINUCIOSA, INQUÉRITO, EXAME DOS REGISTROS AUXILIARES,
CORRELAÇÃO E OBSERVAÇÃO
CONTROLE INTERNO INTRODUÇÃO E CONCEITO
CONTROLE INTERNO OBJETIVOS E PROGRAMAS

AULA 4

PAPÉIS DE TRABALHO
ORGANIZAÇÃO DOS PAPÉIS DE TRABALHO
PROGRAMA E EXECUÇÃO DE AUDITORIA
AUDITORIA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
AUDITORIA DAS CONTAS DE RESULTADO

AULA 5

AUDITORIA DAS CONTAS DO ATIVO CIRCULANTE
AUDITORIA DAS CONTAS DO ATIVO NÃO CIRCULANTE
AUDITORIA DAS CONTAS DO PASSIVO
AUDITORIA TRIBUTÁRIA
AUDITORIA TRABALHISTA

AULA 6

EVENTOS SUBSEQUENTES
IDENTIFICAÇÃO DE DISTORÇÃO RELEVANTE
PARECER DE AUDITORIA
PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA E PARÁGRAFO DE ÊNFASE
CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ADRIANO, S. Manual dos Pronunciamentos Contábeis Comentados. São Paulo, Atlas, 2018.
- ATTIE, W. Auditoria: conceitos e aplicações. 7. ed. São Paulo, Atlas, 2018.
- _____. NBC PA 13 (R3). Dá nova redação à NBC PA 13 (R3), que dispõe sobre o Exame de Qualificação Técnica para Auditor. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/NBCPA13\(R3\)&arquivo=NBCPA13\(R3\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2020/NBCPA13(R3)&arquivo=NBCPA13(R3).doc).

